

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – FILHO, Nelson Aldá. Reordenamento institucional: desafios da doutrina de proteção integral para crianças e adolescentes. 2010. 236f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional) – Centro Universitário FIEO, Osasco, 2010.

2) Orientador – NETO, João Clemente de Souza.

3) Resumo – A intenção ecológica desta dissertação é compreender e problematizar a metamorfose de abrigos que acolheram crianças e adolescentes no século XX, promovida pela passagem da doutrina de situação irregular à doutrina de proteção integral. Do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) emerge o paradigma da convivência familiar e comunitária como pilar para a formulação e execução do reordenamento institucional por meio de políticas sociais desse segmento. A pesquisa será orientada pela etnografia, visando dar voz aos sujeitos e agentes do processo histórico. O propósito de utilizar este método é capturar os significados que perpassam a vida social e a cultura desta organização social, por meio da observação, da convivência diária, da habilidade em apreender o que está sendo comunicado e da empatia com o grupo social. A pesquisa foi realizada na Associação Santa Terezinha, localizada no município de Carapicuíba, SP, compreendendo o período de 1915 a 2008. Na análise da dinâmica e reflexão sobre a história dessa organização social identificamos que sua matriz permanece segundo a perspectiva da “vigilância” proposto pelo Código de Menores de 1927, da “eugenia” como preocupação médico-social higienista, assistencial e institucional. No ano de 2004 houve a intervenção do Poder Judiciário com a determinação da Ordem de Serviço, para que a organização social cumprisse os princípios do artigo 92 do ECA e preparasse um projeto de reestruturação do atendimento, e interpôs a necessidade da desinstitucionalização com base no protagonismo da família e da convivência comunitária. A crise mobilizou as associadas, a equipe técnica da organização social e o sistema de garantia de direito construindo um diagnóstico e promovendo a decisão pela transição e as perspectivas de projetos vindouros, por meio do Projeto de Reestruturação do Atendimento da Associação Santa Terezinha fundamentado no Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Da reflexão sobre o relacionamento histórico da lei com a cultura, da organização social com a família, e da ação do sistema de garantia de direito emerge a urgência do reordenamento institucional que promova ações políticas de responsabilidade dos poderes públicos e sociedade civil local, com os pressupostos da descentralização política e administrativa.

4) Palavras-Chave – reordenamento institucional; criança e adolescente; assistência social; família.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.